

Sobrião Tomás dos Santos, que deve juntar todos os documentos.

6.º Grupo:

Júlia da Conceição Figueiredo, que deve juntar certidão de aprovação no curso do magistério secundário.

Leopoldino Alves de Vasconcelos, idem.

Direcção Geral da Instrução Secundária Superior e Especial, em 4 de Março de 1912. — Pelo Director General, Queiroz Veloso.

2.ª Repartição

Atendendo ao pedido de exoneração do cargo de secretário da Escola de Belas Artes de Lisboa, solicitada pelo professor da mesma Escola, Luciano Martins Freire, em virtude da impossibilidade de continuar a exercer esse lugar por exigências doutros serviços públicos;

Tendo em vista a observância do disposto no artigo 9.º do decreto de 26 de Maio de 1911:

Sob proposta do Ministério do Interior e nos termos da referida disposição: hei por bem confirmar a eleição do professor da Escola de Belas Artes, Henrique Lopes de Mendonça, para o referido cargo de secretário da mesma Escola:

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 2 de Março de 1912. — Manuel de Arriaga — Silvestre Falcão.

Sob proposta do Ministro do Interior e tendo em vista o disposto no artigo 13.º do decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911: hei por bem confirmar a eleição de vice-presidente do conselho de arte e arqueologia da 1.ª circunscrição artística, José Luís Monteiro, para o cargo de presidente do mesmo conselho, vago pela nomeação de Abel Botelho para o lugar de Ministro Plenipotenciário de Portugal na República Argentina.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 2 de Março de 1912. — Manuel de Arriaga — Silvestre Falcão.

Sob proposta do Ministro do Interior e tendo em vista o disposto no artigo 13.º do decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911: hei por bem confirmar a eleição do vogal efectivo José Simões de Almeida Júnior, para o lugar de vice-presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição Artística, vago pela eleição de José Luís Monteiro, para o cargo de presidente do mesmo Conselho.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 2 de Março de 1912. — Manuel de Arriaga — Silvestre Falcão.

Sob proposta do Ministro do Interior e nos termos do artigo 11.º do decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911: hei por bem confirmar as nomeações do escultor José Simões de Almeida (sobrinho) e do crítico de arte José Júlio Rodrigues, de vogais efectivos do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição Artística.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 2 de Março de 1912. — Manuel de Arriaga — Silvestre Falcão.

3.ª Repartição

Sendo necessário dar cumprimento ao artigo 31.º do decreto com força de lei de 21 de Maio do corrente ano, que criou as escolas normais superiores;

Tendo em vista a proposta da Faculdade de Ciências de Lisboa;

Atendendo a que no actual ano lectivo há alunos que precisam frequentar as disciplinas dos cursos de metodologia geral das ciências matemáticas e das ciências da natureza, sem o que não poderão concluir o curso de habilitação ao magistério secundário, criado pelo decreto de 3 de Outubro de 1902;

Informando a 3.ª Repartição da Contabilidade Pública, que só no Orçamento para o ano económico de 1912-1913 foi inscrita a verba para pagamento a três professores;

Usando da faculdade que me confere o n.º 4.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa;

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro do Interior, seja aprovada a proposta da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que escolheu o professor Eduardo Ismael dos Santos Andreia para a gerência do curso de metodologia geral das ciências matemáticas, e o professor Baltasar Machado da Cunha Osório para a regência do curso de metodologia geral das ciências da natureza, mas sem direito a qualquer vencimento, até aprovação do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1912-1913 e sua execução.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 24 de Fevereiro de 1912. — Manuel de Arriaga — Silvestre Falcão.

Este decreto tem o visto do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado, de 28 de Fevereiro de 1912.

No decreto publicado no *Diário* de ontem e relativo à efectivação de nomeações de empregados da Contadoria da Imprensa Nacional, onde se lê «artigo 35.º», lê-se «artigo 33.º», e, no fecho, em vez de «17 de Março», deve ler-se «17 de Fevereiro».

Inspecção de Sanidade Escolar

Por portaria de 2 do corrente:

Manuel Joaquim da Silva Mata Júnior, professor interino do Liceu Central de Ponta Delgada — autorizado a exercer provisoriamente as funções de médico escolar do mesmo Liceu, sem vencimento ou gratificação, visto não haver verba no orçamento.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, em 4 de Março de 1912. — Pelo Director General, J. M. de Queiroz Veloso.

Direcção Geral de Saúde

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Março 2

Miguel da Silveira — exonerado, por abandono do lugar, do cargo de escrivão intérprete da Estação de Saúde da Horta.

Direcção Geral de Saúde, em 4 de Março de 1912. — Pelo Director General, o Delegado de Saúde, Manuel Gonçalves Marques.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Conservatória Geral do Registo Civil

Despachos efectuados nas seguintes datas

Em 2 de Março de 1912:

Bacharel Armando Simões Matias — nomeado oficial do registo civil de Poiares.

Bacharel João Martins Pamplona Corte Real — exonerado de oficial do registo civil do concelho do Seixal.

Em 4 de Março de 1912:

Criados os seguintes postos de registo civil no concelho de Vila Pouca de Aguiar:

Freguesia de Telões.

Freguesia de Soutelo.

Freguesia de Bornes.

Freguesia de Pensalves, compreendendo Parada de Monteiros.

Freguesia de Valoura (sede na povoação de Vila do Conde).

Freguesia de Tresminas (sede na povoação de Cerivias).

Tomás da Costa Fragoso — exonerado de ajudante do posto do registo civil de Assumar, concelho de Monforte.

Manuel Rodrigues Torres — nomeado para o referido lugar.

Patrício de Oliveira Machado — exonerado de ajudante do posto do registo civil de Branca, concelho de Albergaria-a-Velha.

Sem efeito o despacho que nomeou Elias Soares de Carvalho ajudante do posto do registo civil de Santa Cruz do Bispo, concelho de Matozinhos.

Conservatória Geral do Registo Civil, em 4 de Março de 1912. — O Director Geral, Germano Martins.

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos efectuados nas seguintes datas, tendo o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 1 de Março corrente, os que estão no caso do artigo 44.º e seus parágrafos, da lei de 9 de Setembro de 1908

Fevereiro 25

Nomeados substitutos dos juízes de direito das comarcas abaixo designadas os indivíduos seguintes:

Aldeia Galega do Ribatejo — Henrique Pinto da Mota.

Amarante — Joaquim Pereira Teixeira de Vasconcelos.

Feira — Rufino Ferreira da Mota.

Estarreja — José Luciano de Castro Pires Corte Rial.

Paredes — António Correia Teixeira de Vasconcelos Portocarrero.

Vila Rial de Santo António — António Silva.

Vila Nova de Famalicão — Daniel Augusto dos Santos.

Pórtio — José Figueira de Andrade e Manuel Augusto Granjo.

Bachareis Eduardo Carolino de Azevedo Lopes e Mário Régio Xavier Pereira — nomeados sub-delegados do Procurador da República, respectivamente, nas comarcas de Barcelos e Penela.

Março 2

Exonerados os sub-delegados do Procurador da República, nas seguintes comarcas:

Nisa — José Pequito Crespo.

Mirandela — Arnaldo Artur Mendo.

Torres Novas — José Maria Raposo de Sousa de Alte Espargosa.

Pedrógova — Alfredo Mendes Pereira Gil.

Lisboa (3.ª vara) — Alberto Lopes Idéias.

Lisboa (5.ª vara) — Rodrigo Franco Afonso.

Homero Dias Peixoto — exonerado, como requereu, do cargo de juiz de paz do distrito de Ermelo, comarca de Mondim de Rasta.

José Xavier Cavaco — exonerado, como requereu, do cargo de juiz de paz do distrito de Castro Marim, comarca de Vila Real de Santo António.

Luis Maria Ferreira — exonerado, como requereu, do cargo de juiz de paz do distrito da Sé, comarca de Évora.

Manuel Correia Dias — exonerado, como requereu, do ofício de escrivão do juízo de paz do distrito de Miranda do Corvo, comarca da Louzã.

Januário Gonçalves Peixoto — nomeado juiz de paz do distrito de Ermelo, comarca de Mondim de Basto.

António Manuel Evaristo — nomeado juiz de paz do distrito de Aldeia Nova, comarca de Serpa.

Exonerado o juiz de paz do distrito de Fernancelhe, comarca de Moimenta da Beira, e reintegrado neste lugar Gabriel Moreira de Azevedo.

Exonerado o juiz de paz do distrito de Fonte Arcada, comarca de Moimenta da Beira, e reintegrado neste lugar Casimiro Augusto Nunes.

António Apolinário Afonso — nomeado juiz de paz do distrito de Tortozendo, comarca da Covilhã.

José Estevão Alves e Oliveira — nomeado escrivão do juiz de paz do distrito de Alcobaça, comarca do mesmo nome.

Joaquim António Infante e Manuel de Jesus Ladeira — nomeados juiz de paz e substituto do distrito de Lagos, comarca do mesmo nome.

Manuel Francisco Moraes — exonerado de substituto do juiz de paz do distrito de Aldeia Nova, comarca de Serpa, e nomeado para este lugar José Francisco Mendes.

Exonerado o substituto do juiz de paz do distrito de Vilar de Paraíso, comarca do Porto, e nomeado para este lugar José Ferreira Soares.

José de Castro e Silva — nomeado escrivão do juiz de paz do distrito de Sousa, comarca do Porto.

António Teixeira Coimbra Júnior — nomeado definitivamente escrivão do juizo de paz do distrito de Santa Marinha do Zêzere, comarca de Baião.

Amândio Augusto Guerra Bordalo — exonerado, como requereu, do lugar de amanuense da Penitenciária Central de Lisboa.

Março 4

Bacharel Pedro Mendonça Machado — aprovado para ajudante do conservador do registo predial da comarca de Ponta Delgada.

Fevereiro 21

Licença

Bacharel António Ferreira Soares, conservador do registo predial na comarca de Viana do Castelo — 60 dias de licença, por motivo de doença. (Pagou os respetivos emolumentos).

Direcção Geral de Justiça, em 4 de Março de 1912. — O Director Geral, Germano Martins.

Direcção Geral dos Eclesiásticos

1.ª Repartição

O Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, há por bem aprovar os estatutos da associação cultural da vila do Fundão, distrito de Castelo Branco, e bem assim conceder à mesma associação a autorização a que se refere o artigo 17.º da lei da separação do Estado das igrejas.

Paços do Governo da República, em 27 de Fevereiro de 1912. — O Ministro da Justiça, António Macieira.

O Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, há por bem aprovar os estatutos da associação cultural da freguesia de Ois da Ribeira, concelho de Águeda, denominada Associação Cultural de Santo Adrião de Ois da Ribeira, com sede na mesma freguesia, e bem assim conceder à mesma associação a autorização a que se refere o artigo 17.º da lei da separação do Estado das igrejas.

Paços do Governo da República, em 28 de Fevereiro de 1912. — O Ministro da Justiça, António Macieira.

O Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, há por bem aprovar os estatutos da associação cultural da vila de Ourique, denominada Confraria do Santíssimo Sacramento de Ourique, e bem assim conceder à mesma associação a autorização a que se refere o artigo 17.º da lei da separação do Estado das igrejas.

Paços do Governo da República, em 28 de Fevereiro de 1912. — O Ministro da Justiça, António Macieira.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Repartição Central

Anuncia-se, em observância do decreto de 5 de Dezembro de 1910, haverem requerido Zeferino Cândido da Conceição, Joaquim Felizardo da Conceição, Luis Maria da Conceição e Alexandrino Cândido de Jesus Conceição, os vencimentos que pela Caixa de Aposentação ficaram em dívida a seu falecido pai, Felizardo António da Conceição, primeiro aspirante telegrafo-postal, a fim de que qualquer pessoa, que também se julgue com direito aos ditos vencimentos ou a parte deles, requeira pela Repartição Central desta Direcção Geral, no prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 2 de Março de 1912. — O Director Geral, André Narro.